

EMENDA Nº - CTCIVIL
(ao PL 4/2025)

Acrescente-se art. 927-A-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na forma proposta pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

Art. 927-A-A. Nenhuma pessoa natural ou jurídica poderá ser responsabilizada civilmente por manifestação, omissão ou conduta que decorra do exercício legítimo da liberdade de consciência, crença, expressão, ensino ou opinião.

§ 1º Não constitui ilícito civil passível de indenização, inclusive a título de dano moral, o previsto no *caput*, desde que não configure calúnia, injúria, difamação ou outro ilícito previsto na legislação penal.

§ 2º A divergência de ideias, valores ou convicções não gera, por si só, dever de indenizar, devendo-se resguardar o pluralismo e a livre circulação de pensamento como elementos essenciais da vida democrática.

§ 3º A reparação civil somente será admitida quando houver prova de abuso de direito ou de intenção deliberada de causar dano a outrem, em desrespeito à boa-fé e aos direitos da personalidade.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da Emenda é instituir norma de caráter interpretativo e garantista ao Projeto de Lei, para reafirmar a inviolabilidade da liberdade de opinião e delimitar a incidência da responsabilidade civil em casos de manifestações políticas, religiosas, filosóficas ou científicas.

Nosso objetivo é impedir o uso abusivo das ações de dano moral como forma de silenciamento ideológico, preservando o núcleo essencial da liberdade de expressão, garantida pelo art. 5º, incisos IV, IX e XIV, e pelo art. 220, ambos da Constituição Federal.

Trata-se de uma cláusula de equilíbrio entre o direito à honra e a liberdade de manifestação do pensamento, reafirmando que somente a prática de



crime contra a honra ou de outro ilícito previsto na legislação penal poderá ensejar reparação nesses casos.

Sala da comissão, de de .

Senadora Damares Alves

